



Edna Maria Tavares

Projecto de intervenção:

**Formação de professores para a
Educação Inclusiva no Pólo Educativo
nºIII, de Ponta d'Água.**



Complemento de Licenciatura em Supervisão e Orientação Pedagógica

Universidade de Cabo Verde, Setembro de 2010

Edna Maria Tavares

FACULDADE DAS CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Projecto de intervenção:

**Formação de professores para a Educação Inclusiva no Pólo Educativo
nºIII, de Ponta d'Água.**

Projecto apresentado à UniCV
para obtenção do grau de complemento de
Licenciatura em Supervisão e Orientação
Pedagógica, sob orientação do professor
Doutor Victor Manuel Fortes.

O Júri:

Universidade de Cabo Verde, ____/____201____.

Formação de professores para a educação inclusiva

Índice

Apresentação:.....	5
Introdução	6
1 – Contextualizando o espaço onde a escola está situada	7
1.1 – Breve caracterização do bairro e da população	7
1.2 – Caracterização do Pólo Educativo nº III de Ponta d'Água	7
2 – Contextualização/Justificativa.....	8
3 – Identificação de problemas/necessidades.....	12
4 – Objectivos	12
4.1 – Objectivo geral	12
4.2 – Objectivos específicos	12
5 – Metodologia de trabalho	133
6 – Público-alvo	13
7 – Metas/Resultados Esperados	134
8 – Parcerias	14
9 – Avaliação	144
10 – Cronograma de execução da formação	155
11 – Recursos necessários para formação	198
12 – Orçamento para o lanche.....	19
13 – Considerações finais	19
Referências bibliográficas.....	220
Anexos:	53

Formação de professores para a educação inclusiva

Apresentação:

A elaboração deste projecto de intervenção para formação de professores para a Educação Inclusiva, no Pólo Educativo nº III, de Ponta d'Água, teve em vista a análise e o trabalho do fim de curso feito no ano lectivo de 2006/2007: "Estudo de caso de crianças com Necessidades Educativas Especiais, no Pólo Educativo nº III, de Ponta d'Água". Nesse estudo, contextualizou-se as experiências dos professores, analisou-se a prática da política da educação especial e a inclusão. Isso contribuiu para perspectivar a formação dos professores em relação à Educação Inclusiva.

Tendo em atenção essas crianças, foi apresentado, para efeito de cumprimento da exigência para obtenção do grau de licenciatura, o projecto de intervenção, que foi elaborado no âmbito do curso de Supervisão e Orientação Pedagógica, ministrado pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Nesta formação pretende-se desenvolver as seguintes actividades.

- A sensibilização, por meio de seminários, para a inclusão de crianças com NEE;
- Desenvolvimento de conteúdos específicos que poderão instrumentalizar melhor para o desenvolvimento do trabalho na sala de aula;
- Sessões de vídeos relativamente à inclusão;
- Trabalhos práticos com os professores para promover as condições para a inclusão dos alunos em todas as actividades escolares.
- Reflexão da formação.

Acredita-se que todas as acções que compõem o conjunto das propostas de intervenções pedagógicas vão interferir nos saberes pedagógicos dos professores, permitindo um trabalho mais eficiente, rumo à inclusão.

Para facilitar a compreensão dos assuntos projectados fez-se identificação de problemas/necessidades; definição de objectivos e metodologias; breve caracterização do bairro e da população; caracterização da escola; elaboração de um referencial teórico sobre a Educação Inclusiva (EI) metas que se pretende atingir e, finalmente, cronograma das actividades a realizar durante a formação.

Introdução

Os importantes avanços na valorização da dignidade humana produzidos pela democratização da sociedade deram origem aos movimentos dos direitos humanos. Estes apontam para a emergência de construções de espaços sociais democráticos, ou seja, não excludentes e, conseqüentemente, para a abertura ao convívio na diversidade. Isto significa dizer que a sociedade, actualmente, exige cada vez mais o aprofundamento de valores e atitudes relacionados com os direitos humanos e a promoção de reflexões sobre o potencial humano das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Estes avanços relativos à inclusão de crianças com NEE impõem particular responsabilidade à escola em levar a criança a sentir-se incluída e participar das mudanças e inovações sociais, em ambientes acolhedores e propícios.

Desta forma, entendemos que o ensino deve ser mais adaptado às necessidades das crianças, tendo em conta o conceito da diversidade, que evidencia que cada educando possui uma maneira própria e específica de aprender. Esta concepção está articulada ao reconhecimento de crianças com NEE, como cidadãs, e com direito à uma educação de qualidade.

De acordo com Martinez (1995), a educação inclusiva (EI) não implica necessariamente a incorporação de todos os que têm Necessidades Educacionais Especiais à escola regular, mas o acesso aos serviços educacionais que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento humano para inserção exitosa na vida social. É nesse ambiente escolar, em que todos estão inseridos, que crianças com NEE podem progredir no âmbito educativo e da inclusão social. As escolas inclusivas são aquelas que se constituem como um meio favorável à construção de igualdade de oportunidades e de completa participação, mas isso requer um esforço comum, não somente dos professores e do pessoal não docente da escola, mas também dos colegas, pais, familiares, voluntários e de outras instituições. Isto é, o atendimento educacional das crianças com NEE é um grande desafio, uma vez que necessita de contribuições de diferentes profissionais, cuja qualificação depende de parcerias e engajamento de organizações governamentais e não-governamentais nessa tarefa, para que possam dar respostas adequadas à cada necessidade, contribuindo para o sucesso, dignificação e melhoria de qualidade de vida dessas crianças.

1 – Contextualizando o espaço onde a escola está situada

A escola é uma instituição fundamental para o desenvolvimento de competências nos vários campos do saber, tanto para os alunos como para toda a sociedade. Os pontos seguintes referem-se à caracterização do bairro de Ponta d'Água e da escola.

1.1– Breve caracterização do bairro e da população

A pesquisa foi desenvolvida no bairro de Ponta d'Água, concretamente no pólo Educativo nº III, do Ensino Básico, que situa-se numa das zonas suburbanas, a norte da cidade da Praia, ilha de Santiago. Está inserida numa comunidade formada por pessoas oriundas de diversas latitudes das ilhas de Cabo Verde. Enfrenta uma situação socioeconómica difícil, derivada, em parte, da taxa significativa de desemprego.

A respectiva zona desenvolveu-se significativamente nesses últimos anos. É urbanizada, possui posto de saúde, placas desportivas para jovens e crianças da localidade ocuparem os seus tempos livres com diversas actividades; possui “Rádio Comunitária”, que é apreciada por muitos ouvintes; água canalizada a um número considerável de habitações.

Em relação à questão educativa, existem na localidade dois pólos educativos, sendo um, o Pólo Educativo número III, onde pretende-se aplicar o projecto de intervenção; e outro, o Pólo número XXX, localizado perto da “Rádio Comunitária”.

1.2 – Caracterização do Pólo Educativo nº III, de Ponta d'Água

Neste ano lectivo, 2009/2010, o Pólo conta com dezassete salas de aulas em funcionamento, contabilizando um total de trinta e uma turmas, distribuídas pelos seis níveis de escolaridade, sendo quinze no período de manhã e dezasseis à tarde. O Pólo conta com 34 professores (2 licenciados; 3 bacharéis; 28 em formação e 1 sem formação específica para a docência. Desse total, 23 têm vínculo definitivo e 11 trabalham por contrato), e oitocentos e noventa e seis alunos, com idades compreendidas entre os seis e dezasseis anos, distribuídos pelos seis níveis de escolaridade. No que tange ao pessoal não docente, a escola conta com um grupo constituído por: um guarda; cinco cozinheiras e três empregadas de limpeza.

Em termos de espaço físico, podemos afirmar que a escola é constituída por: um gabinete do gestor, que funciona numa sala equipada com equipamentos informáticos actualizados, onde o

gestor da escola e o seu adjunto trabalham em colaboração; quatro casas de banho; uma cozinha; uma secretaria; um armazém, onde se guardam os alimentos destinados à refeição quente dos alunos; duas arrecadações; uma cantina, que é frequentada tanto pelos alunos como pelos professores; um espaço destinado às actividades culturais e recreativas; finalmente, a escola conta com um espaço verde de grande dimensão, e que, nestes últimos meses, vem deparando com alguns constrangimentos derivados da constante falta de água que se tem verificado na localidade. Das plantações existentes, destacam-se a cebola, a couve, a mandioca, a beterraba, salsa etc. Estes produtos têm contribuído, por um lado, para que as refeições dos alunos se tornem cada vez mais nutritivas; e por outro, permite a canalização das receitas arrecadadas pela venda de produtos excedentes ao longo do ano para outras necessidades do dia-a-dia.

2 – Contextualização/Justificativa

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, em que politicamente tem como objectivo garantir a equidade social de todos e assegurar a inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotados. Assim, o movimento mundial pela inclusão, ao reconhecer as dificuldades que o sistema educativo enfrenta, procura criar alternativas para superar essas dificuldades. Os pontos seguintes evidenciam alguns passos relativamente à educação inclusiva e às suas implicações.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabeleceu eixos orientadores, garantindo, formalmente, o direito à educação a todos. Com esse objectivo, realizou-se em 1990, na Tailândia (em Jomtien) a Conferência Mundial sobre “Educação para Todos”, da qual resultou a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” e o “Plano de Acção para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”. Esses são documentos que contemplam orientações para a necessidade de uma abordagem centrada na criança, objectivando a garantia de uma escolarização com sucesso para todas as crianças. Para esse sucesso, o Plano de Acção para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem propõe que:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos de aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores, e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas

potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo [...]

(Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990)

A proposição da Educação Para Todos reforçou a preocupação em torno da educação das crianças e jovens com NEE. Assim, em 1994, realizou-se em Salamanca, Espanha, a Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”, da qual participaram mais de trezentos representantes de 88 governos, representantes de 25 organizações internacionais (inclusive o de Cabo Verde), comprometendo-se a executar as recomendações formuladas nesses eventos, dentre elas: a melhoria do acesso e da qualidade das aprendizagens escolares, respeitando os princípios da equidade e de género.

Da Conferência de 1994 resultou a “Declaração de Salamanca”, que apresenta um quadro de acção com vista a incentivar e apoiar os diversos países na implementação da Educação Inclusiva, reconhecendo a pertinência de educação para as crianças com NEE nos sistemas regulares de ensino, tornando-o mais flexível e adaptável, capaz de satisfazer as necessidades de cada criança, contribuindo para o sucesso educacional de todos. Com o objectivo de apoiar a Educação Especial, os delegados da Conferência Mundial desta área apelaram a todos os responsáveis pela Conferência Mundial em Educação para Todos, UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Banco Mundial a endossar a perspectiva de escolarização inclusiva.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), nas escolas inclusivas, as crianças com NEE devem receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efectiva. A EI é o modo mais eficaz para a construção de solidariedade entre crianças com NEE e seus colegas. No entanto, a sua efectivação exige vários procedimentos que se devem ter em conta: a sensibilização da sociedade, a conscientização dos professores e dos demais intervenientes educativos. O importante é que, modo geral, a tendência da política social durante as últimas décadas tenha sido a de promover inclusão e de combater a exclusão. Pois, a primeira é essencial à dignidade humana e exercício dos direitos humanos, promovendo a igualdade de oportunidades a todos. É neste ambiente, em que todos os colegas se inserem, que as crianças com NEE podem atingir o máximo progresso educacional, isto é, o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos ao invés de os alunos adaptando-se ao sistema educacional. Por isso, para que a escola consiga satisfazer as reais necessidades de cada educando é preciso um envolvimento de todos os seus intervenientes.

Já se constata que esforços estão sendo feitos a nível mundial e que os vários apelos e muitos outros trabalhos feitos tiveram impactos positivos. No entanto, há que ter sempre em conta os possíveis constrangimentos que eventualmente possam ser encontrados e delinear os mecanismos para os superar. A educação inclusiva implica, portanto, um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais e, por isso, é necessário reunir um conjunto de requisitos indispensáveis à satisfação básica de cada um: formação adequada de professores; infra-estruturação das escolas e dos espaços de acesso público; condições materiais para o trabalho pedagógico com as crianças com NEE etc. Neste aspecto, a educação cabo-verdiana passa por um momento de inovação que se caracteriza por iniciativas e intervenções pertinentes que visam a promoção da EI no arquipélago. Têm sido desenvolvidas acções que permitem o acolhimento de todas as crianças, de acordo com a Declaração de Salamanca, como alteração e actualização da Lei de Bases do Sistema Educativo, de 7 de Maio de 2010, o que contribui significativamente para regular, apoiar, sustentar o Sistema Educativo cabo-verdiano.

Quanto à relevância deste projecto de intervenção, salienta-se que este é fundamentado por diversas razões. Destaca-se o facto de que, nos últimos tempos, verificam-se várias declarações e acordos internacionais relativamente à mudança conceptual da educação, cujo objectivo é defender e promover o exercício do direito à educação, à participação e à igualdade de oportunidades de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos. Neste sentido, tem havido também, uma preocupação em relação à construção de novos conhecimentos teórico-práticos que contribuam para uma pedagogia de inclusão social.

À semelhança de outros países, em Cabo Verde tem-se promovido e evoluído o atendimento às crianças com NEE, o que se traduz em práticas educativas mais humanistas e inclusivas. A escola, mais do que tudo, é um espaço acolhedor em que se desenvolvem as habilidades de leitura/escrita/cálculo, mas também um espaço para se viver e conviver com pessoas diferentes; para se participar de actividades diversificadas, entre outras coisas. Ou seja, é um espaço privilegiado para a socialização nas suas diversas vertentes. Deste modo, a escola assumir-se-á como um dos responsáveis pela mudança de atitudes, de hábitos, e pela inovação, como um processo de construção e participação sociais.

Este projecto de intervenção, portanto, justifica-se pelo facto do tema ser muito pertinente na actualidade, pois fornece elementos teórico-práticos essenciais para uma reflexão crítica dos referenciais que fundamentam o processo de inclusão. A abordagem da EI sugere mudança de

atitudes que, conseqüentemente, poderão contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva, digna de convivência social, em que não haja espaço para discriminação, seja de que ordem for.

Para além disso, a sociedade cabo-verdiana actualmente preocupa muito com os direitos humanos, em especial daqueles que possuem qualquer tipo de deficiência, levando-os a ter uma participação activa na sociedade, aproveitando as suas potencialidades, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade com valorização das diferenças sociais, culturais, físicas, emocionais, que atenda e apoie as necessidades educacionais de cada criança.

Destaca-se, ainda, o facto de eu ter sido uma observadora atenta das dificuldades dos professores em incluir crianças com dificuldades nas aprendizagens, por leccionar na referida escola há vários anos e por residir na mesma zona. Estes aspectos permitiram-me reunir subsídios consideráveis para partir para este empreendimento com alguma segurança.

Levou-se, também, em consideração o facto de que se observa, no ambiente escolar, uma certa indiferença em relação aos alunos que têm experimentado as condições do insucesso escolar. Esse “insucesso” conduz, muitas vezes, ao abandono escolar, talvez, pelo facto das vítimas serem alunos que necessitam de uma atenção específica, de uma orientação especial, devido a problemas congénitos, ou serem oriundas de meios familiares problemáticos. Isto faz com que esses alunos tenham ritmos de aprendizagem baixos, e que careçam de uma orientação especial por parte do professor ou de outras pessoas que lidam directamente com eles. Por esta razão, exige-se que o professor conheça e identifique a especificidade e as potencialidades do aluno, como também o domínio de técnicas, meios e apoios curriculares, por meio de informações para obtenção de conhecimentos valiosos que lhe permitam atender a esses casos, que são frequentes na realidade escolar, sob pena de não conseguirem êxito na educação dos mesmos.

Com o objectivo de apoiar a situação real da escola em questão tive a ousadia de escolher o referido tema para projecto de intervenção, munindo professores de requisitos, favorecendo um ambiente de confiança e segurança para o processo do ensino-aprendizagem. Estes profissionais desempenham importante papel nesse processo, por serem eles os responsáveis imediatos para que esta inclusão ocorra de facto. Portanto, para que a inclusão aconteça com sucesso é imprescindível não só a formação dos professores, mas também a conscientização de todos os profissionais da escola, pais, famílias e comunidades, de um modo geral. Para que haja a qualidade da educação para todos é pertinente desenvolver e consolidar novas práticas, novos métodos, tornando os professores capazes de enfrentar o desafio de lidar com a diferença sem discriminação e sem exclusão.

3 – Identificação de problemas/necessidades

A população escolar que frequenta o Pólo educativo nº III, de Ponta d'Água, caracteriza-se por uma heterogeneidade, pelo elevado número de alunos oriundos de diferentes grupos sociais, como de ponta d'Água, Castelão, Safende, Vila Nova e Achadinha Pires. Alguns alunos dessas zonas manifestam problemas de integração social, enquanto outros têm deficiência de diversa ordem que interferem no processo ensino-aprendizagem, mais concretamente na sala de aula. Este fenómeno impõe novos desafios aos professores, no que respeita à adopção de práticas orientadas para responder às necessidades e interesses individuais, de modo a torná-los inclusivos, promovendo, assim, a igualdade de oportunidades e a equidade social. Para além disso, também, da análise do trabalho feito na escola, relativamente à formação de professores constatata que:

Há falta de sensibilização, sobretudo por parte dos professores, para lidar com as questões da diferença; os professores não possuem preparo académico para lidar com alunos com NEE; e, finalmente, professores têm receio de não cumprir os objectivos que constam do currículo. Isto é, constatam-se lacunas nos conhecimentos teórico-práticos do professor em relação a estas crianças. Daí propõe-se a elaboração deste projecto de intervenção, que possa ser valioso para a melhoria da qualidade do ensino e da inclusão escolar n o referido Pólo.

4 – Objectivos

De acordo com os problemas identificados e com a elaboração deste projecto de intervenção, pretendendo contribuir para o desenvolvimento duma orientação educativa inclusiva, traça-se os seguintes objectivos:

4.1 – Objectivo geral:

- Promover formação e desenvolvimento de práticas e ambientes educativos inclusivos.

4.2 – Objectivos específicos:

- Preparar professores para orientar alunos no processo de aprendizagem contínuo e colaborativo, valorizando os diferentes saberes, assegurando a inclusão escolar de todos;
- Criar condições facilitadoras do desenvolvimento global de todas as crianças;
- Desenvolver estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas alternativas;
- Fomentar trabalho em equipa, com base em percepções partilhadas de propósitos comuns, de procedimentos a adoptar, de compromisso e colaboração.

5 – Metodologia de trabalho

Para implementar este projecto, pretende-se aproveitar as férias do segundo trimestre, na altura da preparação metodológica (04 a 08 de Abril de 2011), em sintonia com o plano de actividades elaborado pela Delegação do Ministério da Educação. Será uma formação de carácter presencial com sessões teóricas e práticas. Cada encontro terá duração de seis horas diárias, sendo três de manhã e três no período da tarde, perfazendo uma carga horária de 30 horas de formação.

As sessões deverão ser de carácter predominantemente teórico-prático, com alguns momentos expositivos/demonstrativos, usando as novas tecnologias para a exposição dos conteúdos mais teóricos e, ao mesmo tempo, aproveitando-se das experiências dos profissionais na execução de tarefas.

Serão apresentados à comunidade de professores os dados da pesquisa (resultado de análise do questionário do trabalho de monografia), com o intuito de trabalhar estes dados; far-se-á, ainda, sensibilização do professor, por meio de dinâmicas de grupos e textos de estudos.

Na abordagem de cada aplicação o (a) formador (a) deverá propor a elaboração de documentos, recursos e materiais, no contexto profissional dos formandos.

Também serão feitas e aproveitadas várias pesquisas bibliográficas. As informações recolhidas das diversas fontes serão criticamente analisadas e estruturadas com apoio de meios informáticos, de modo que possam servir futuramente para trabalhos teórico-práticos em salas de aula.

6 – Público-alvo:

Beneficiário directo

A formação será estendida a trinta e quatro professores da escola de ponta d'Água.

Beneficiário indirecto:

Toda comunidade educativa.

7 – Metas/Resultados Esperados

Com este projecto de intervenção espera-se que:

- Os trinta e quatro professores da escola de Ponta d’ Água, terminem a formação com referenciais teóricos consistentes e capazes de definir e implementar respostas educativas significativas, relativamente à educação inclusiva;
- Os professores consigam identificar as necessidades educativas especiais dos seus alunos, orientando-os no desenvolvimento de actividades que favoreçam a inclusão, com práticas de comportamentos democráticos e solidários;
- Os professores actuem no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos e que consigam desenvolver estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas alternativas nas diferentes áreas do conhecimento, organizando a aula com os alunos, tendo em conta os materiais necessários, o espaço e o tempo disponível;
- Se formem professores com espírito de equipa, criativos e inovadores, que construam os seus conhecimentos articulando as experiências do dia-a-dia, favorecendo assim, a inclusão de todos no ensino regular.

8 – Parcerias

Ministério da Educação e Desportos; Instituto Pedagógico da Praia; Escola de Ponta d’ Água; Pais e encarregados de educação com formação na área das NEE; Associação dos Deficientes Visuais de Cabo Verde (ADEVIC); Associação de Apoio de Deficiente à Integração de Crianças Deficientes (AADICD).

9 – Avaliação

Em primeiro lugar, a avaliação será contínua, realizada ao final de cada encontro oralmente, objectivando uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e o quotidiano escolar, no sentido de captar os avanços, as resistências e as dificuldades, e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. Também será feita por meio de múltiplas possibilidades teóricas e metodológicas, levando em consideração os trabalhos realizados durante os encontros de formação. Posteriormente, será apresentado um relatório-síntese, elaborado pelos professores no final de cada quatro sessões participadas, e tem como finalidade o acompanhamento pedagógico entre o (a) formador (a) e os formandos. Finalmente, o (a) formador (a) preencherá um formulário no final de

cada sessão, explicitando os avanços e as dificuldades, o que constitui também como instrumento de avaliação dos formandos.

Haverá, posteriormente, alguns encontros para avaliar as mudanças ocorridas nos comportamentos e atitudes dos professores.

10 – Cronograma de execução da formação

A formação decorrerá durante as férias (04 a 08 de Abril de 2011), com uma carga horária de 30 horas lectivas distribuídas por três especialistas, conforme o quadro seguinte:

Data	Horas	Intervenientes	Conteúdos programáticos/temas	Objectivos	Estratégias
04-04-2011	9:00H 10:00 H	Psicólogo Educativo	1)“Apresentação/ discussão de experiências dos participantes (diagnóstico) ”	Fazer intercâmbios de experiências relacionadas com as NEE, para recolher todas as iniciativas e estratégias de trabalho dos professores.	Diálogo entre todos os participantes
	10:00 11:00 H	Especialista em cegueira			
	11:00 12:00 H	Especialista em surdez			
	14:00 17:00 H	Psicólogo Educativo	2)"O papel da escola na socialização e na construção da cidadania das crianças com necessidades educatespeciais;"	Elaborar os saberes e as actividades de ensino de acordo com a realidade socio- escolar, tendo em conta a educação para cidadania.	Trabalho de grupo: 1) Consultar o manual da Educação para Cidadania e outras bibliografias;

				2) Jogos de simulação pedagógicos, casos concretos
06-04-2011	9:00 12:00 H	Especialista da Surdez	1)"A surdez"	Identificar as várias técnicas de trabalho com alunos surdos Exploração de vários materiais existentes no AADICD
	14:00 17:00 H	Psicólogo Educacional	2)"Flexibilidade curricular;" 3)"Os recursos didáticos e pedagógicos adequados e diversificados".	Oferecer actividades que desafiem os professores a desenvolver experiências pertinentes de trabalho com seus alunos 1) Elaboração de trabalhos práticos em grupo. 2) Produção de materiais didáticos

07-04-2011	9:00 12:00 H	Psicólogo Educativo	1) "Educação inclusiva: conceito e perspectivas das concepções teóricas às práticas educativas".	Definir o conceito da educação inclusiva; identificar as diversas perspectivas educativas inclusivas.	Apresentação teórica suportada por meios audiovisuais.
	14:00 17:00 H	Psicólogo Educativo	2) "Legislações existentes em Cabo Verde que referenciam a educação inclusiva."	Reconhecer as legislações cabo-verdianas que regulam a educação inclusiva.	Exploração de LBSE e outros suportes existentes
08-04-2011	9:30 10:00 H	Psicólogo Educativo;	Reflexão crítica da formação.	Fazer balanço de todas as actividades da Formação e avaliação.	
	10:00 H	Especialista em cegueira	Reflexão crítica da formação.		
	10:30 11:00 H	Especialista em surdez	Reflexão crítica da formação.		
	11:00 12:00 H	Delegada da Educação	Encerramento.	Certificar a formação	Entrega de certificados

11 – Recursos necessários para formação

Para a efectivação do projecto de formação conta-se com financiamento do Ministério da Educação e Desportos que ajuda na remuneração dos técnicos, lanche e aquisição dos materiais. Os quadros abaixo indicados permitem constatar na realidade como serão distribuídos os recursos e os respectivos custos.

Recursos				
Humanos		Materiais		
Técnicos	Custos por hora	Consumo		Permanentes
		Designação/quantidade	Preço por unidade	Designação
Um técnico da área de cegueira	2500\$00 X 5	34 Canetas	20\$00	Mesa
Uma técnica da área de surdez	2500\$00 X 5	34 Blocos de notas	150\$00	Cadeira
Um Psicólogo	2500\$00 X 20	34 Pastas	150\$00	Computadores
		20 Folhas de Cartolinas	25\$00	Telefone
		5 Rolos de fita-cola	75\$00	Data show
TOTAL	75 000\$00		11 755\$00	
TOTAL GERAL	86 755\$00			

12 – Orçamento para o lanche

O quadro que se segue corresponde ao orçamento para o lanche de 34 professores e 3 técnicos de formação na escola de Ponta d'Água, durante uma semana correspondente a 5 dias lectivos.

Dias de semana	Data	Hora	Lanche/preço	Água/preço	Refrigerantes
2ª Feira	04-04-2011	12:00	200\$00 X37	80\$00 X37	50 X 37
3ª Feira	05-04-2011	12:00	200\$00 X37	80\$00 X37	50 X 37
4ª Feira	06-04-2011	12:00	200\$00 X37	80\$00 X37	50 X 37
5ª Feira	07-04-2011	12:00	200\$00 X37	80\$00 X37	50 X 37
6ª Feira	08-04-2011	12:00	200\$00 X37	80\$00 X37	50 X 37
Total			37 000\$00	14 800\$00	9.250\$00
Total geral	61 050\$00				

13 – Considerações finais

A Educação Inclusiva é um processo em que se deve ter em conta a participação e o envolvimento de todos e constante investimento na formação profissional dos professores. Portanto, requer por um lado uma intervenção de qualidade que proporciona um ensino sistemático, com base nas rotinas diárias e exige um trabalho de equipa entre professor e família. Estes são considerados um dos elementos indispensáveis no desenvolvimento e aproveitamento dos alunos. E por outro lado, requer recursos materiais que são orientados para as escolas regulares, de modo a que elas possam ser dotadas dos serviços necessários a uma resposta eficiente para todos os alunos, aproveitando todas as suas capacidades, motivando-as o maior possível, de modo a lhes incluïrem

em todas as actividades, implementando as estratégias adequadas às suas capacidades e aos seus interesses.

Este projecto visa fundamentar a política, as possibilidades e os limites da proposta de formação de professores para o ensino regular. As pesquisas sobre a inclusão educativa enfatizam a necessidade de reflexão sobre as concepções, crenças e atitudes perante a diversidade. Daí que é pertinente a revisão dos programas de formação, tanto inicial como contínua de professores.

Pretende-se desenvolver o mesmo num ambiente democrático, de modo a constituir-se num espaço de discussão e reflexão sobre a inclusão e, também, de trocas de conhecimentos e experiências individuais e colectivas, valorizando a vivência pessoal e profissional de cada participante.

A referida proposta de formação conta com 9 sessões intensivas, das 9 às 12 horas, uma pausa para o lanche, e das 14 às 17 horas. No fim da formação, cada professor desenvolverá um relatório de registos e reflexões das suas vivências no grupo, como forma de auxiliar na aprendizagem.

Referências bibliográficas

ABREU, I., Sequeira, A. P., Escova, A.A. – Ideias e Historias – contributo para uma Educação Participada, Lisboa: II E, 1990.

Constituição da República de Cabo Verde, 1ª Revisão Ordinária/1999. Praia. Assembleia Nacional, Edição de 2000.

CORREIA, Luís Miranda, (1999), Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares. Lisboa. Porto Editora.

CHAVES, Eduardo. “O ensino de aluno com problemas de aprendizagem e comportamento”. Vila Real, Sector Editorial do SDE, 2001.

Conjunto de materiais para a formação de professores – **Necessidades Educativas Especiais na sala de aula** – UNESCO, 1993.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em Especial, 1994.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos e plano de acção para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. **Conferência Mundial sobre Educação para Todos**, Jomtien, Tailândia, 1990. Convenção Sobre os Direitos da Criança, Nova Iorque, 1989.

Deficiência física. (2006), **Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educativas Especiais**, Brasília.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. 1 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1996. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.

Documento Subsidiário. (2005), **À Política de Inclusão. Brasília**.

Educação inclusiva: **Documento Subsidiário à política de inclusão**. Brasília MEC, 2005.

Educar na diversidade – **Material de Formação Docente**. Edição 2003.

ESTANQUEIRO, António. **Saber lidar com as pessoas**. 2ª Edição, Lisboa 1993.

Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Ano 2. Nº 02, Agosto, 2006.

Lei de Bases do Sistema Educativo. 2010, de 07 DE Maio, nº 17, I Série p: 12 e 13.

Lei 122/V/2000 Boletim Oficial n. 17, série I, 12 de Junho de 2000 (Prevenção; Reabilitação e Integração da pessoa com Deficiência).

MITJÁNS Martínez, A. Creatividad, Personalidad e Educacion. A Havana: Pueblo e Education, 1995.

Necessidades Educativas Especiais na Sala de Aula. Conjunto de material para a formação de professores.

Observatório dos Apoios Educativos. Domínio Sensorial – Audição. Lisboa, Dezembro, 2003.

Observatório dos Apoios Educativos. Domínio Sensorial – visão. Lisboa, 2004.

OLIVEIRA, Pedro Marcelo Sá de; e **CAPPELL**, Gorgio. **Como motivar as pessoas**. São Paulo: Nobel 2000.

Plano Estratégico Para a Educação. MEVRH/PROME. Praia, 2003.

Programa do Governo para a Legislatura 2006-2011. República de Cabo Verde, 2006.

Projecto de Implementação da Educação Especial Integrada (PIEEI). GEP, Praia, Setembro de 1994.

Saberes e praticas da inclusão. (2005), **Dificuldades de comunicação e sinalização surdez**. Brasília.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de acção sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

ANEXOS



REPÚBLICA DE CABO VERDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR
DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
DIRECÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E BÁSICA

Palácio do Governo - Várzea ♦ Caixa Postal 111 ♦ Telefones: 261 02 30 ♦ Fax: 2 61 02 37

Suportes legais referentes à educação inclusiva

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (LBSE) - 07 de Maio 2010, nº 17, I Série p: 12 e 13.

Artigo 48º: Educação Especial

Estado: responsabilidade dos cuidados educativos e o apoio as iniciativas autárquicas.

Educação Especial:

- a) Assegurar gradualmente os meios educativos necessários;
- b) Definir normas gerais da educação inclusiva nomeadamente nos aspectos técnicos e pedagógicos e apoiar o seu cumprimento e aplicação;
- c) Apoiar iniciativas autárquicas e particulares conducentes ao mesmo fim, visando permitir a recuperação e integração socio-educativa do aluno.

Artigo 49º: Educação para crianças sobredotadas

Estado: criar condições para acolher crianças com superior ritmo de aprendizagem.

Artigo 50º: Educação para crianças e jovens com necessidades educativas especiais

1. A educação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, incluindo as derivadas de deficiências, organiza-se segundo métodos específicos de atendimento adaptados às suas características.
2. A integração em classes regulares de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, incluindo as derivadas de deficiência, é promovida tendo em conta as necessidades de atendimento específicas e apoio aos professores, pais ou encarregados de educação.
4. A educação dos alunos com necessidades educativas especiais pode desenvolver-se, para efeitos do cumprimento da escolaridade básica, de acordo com currículos, programas e regime de avaliação adaptados às características do educando.
5. O departamento governamental responsável pela área da Educação, em coordenação com outros sectores estatais, organiza formas adequadas de educação visando a integração social e profissional do educando com necessidades educativas especiais.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (1999)

Artigo 75: Direitos dos portadores de deficiência

Direito à protecção da família, da sociedade e dos poderes públicas

Poderes públicos:

- ✓ Promover a prevenção da deficiência, tratamento, reabilitação e reintegração dos portadores de deficiência;

- ✓ Sensibilizar a sociedade quanto aos deveres e respeito e solidariedade para com os portadores de deficiência;
- ✓ Garantir atendimento aos deficientes nos serviços públicos;
- ✓ Eliminar barreiras arquitectónicas;
- ✓ Organizar, fomentar e apoiar a integração no ensino e na formação técnico-profissional.

LEI 122/V/2000

Estabelece as Bases Gerais da Prevenção, Reabilitação e Integração das pessoas deficientes.

Princípios:

- ✓ Prevenir, reduzir a deficiência;
- ✓ Assegurar participação activa na vida e em sociedade;
- ✓ Apoiar as pessoas com deficiência, visando vida independente

Artigo 4: definições

Pessoas portadoras de deficiência

Aquela que por motivos de anomalia congénita ou adquirida, se encontra em situação de desvantagem para o exercício de actividades consideradas normais em virtude da diminuição das suas capacidades físicas e intelectuais.

Integração: processo que pressupõe uma plena e activa participação da pessoa na vida social e económica e uma maior autonomia possível.

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Artigo 16: serviços centrais

- ✓ Direcção da Educação Pré-escolar e Básica
- ✓ Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário

Incumbência: promover a integração sócio-educativa das crianças com Necessidades Educativas Especiais,



Ministério da Educação e Ensino Superior
Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário
Direcção da Educação Pré-escolar e Básica

TERMOS DE REFERÊNCIA

Educação de pessoas com Necessidades Educativas Especiais em Cabo Verde

1. Directrizes mundiais

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabeleceu eixos orientadores para a educação, cuja filosofia é a “Educação para Todos”.

Em 1990, realizou-se na Tailândia (em Jomtien) a Conferência Mundial sobre “Educação para Todos”, da qual resultou a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” e o “Plano de Acção para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”, que são documentos que contemplam orientações para a implementação da Educação Para Todos.

Tendo em conta as pessoas que apresentam Necessidades Educativas Especiais (NEE) houve necessidade de se reflectir sobre as estratégias a serem delineadas para fazer com que este grupo específico tenha seu direito à educação garantido. Assim, em 1994 realizou-se em Salamanca, Espanha, a Conferência Mundial sobre “Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade”, na qual participaram mais de trezentos representantes de 88 governos – incluindo o de Cabo Verde – e representantes de 25 organizações internacionais.

Desta Conferência resultou a “Declaração de Salamanca”, a qual apresenta um quadro de acção com vista a incentivar e apoiar os diversos países na implementação da Educação Inclusiva. Reafirmou-se assim, o “compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de ser providenciado a educação para as crianças, jovens e adultos com Necessidades Educacionais Especiais dentro dos sistemas regulares de ensino” (Declaração de Salamanca, 1994, p.1).

Assim apelou-se a que todos os governos

Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais; **adoptem o princípio de Educação Inclusiva em forma de lei ou de política**, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma; estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planeamento, revisão e avaliação de

provisão educacional para crianças e adultos com Necessidades Educacionais Especiais” (Idem).

Como é evidente, as orientações internacionais apontam para a implementação da Educação Inclusiva e reafirma-se que o “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (idem, p. 5). Assim, devem ser criadas condições para que o sistema educativo possa dar respostas à diversidade de situações, respeitando as diferenças individuais. As escolas inclusivas “devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades” (idem, p. 5). Contudo, afirma-se que nas escolas inclusivas, as Crianças com necessidades educacionais especiais devem receber apoio suplementar de que precisam para assegurar uma educação efectiva (...). O encaminhamento de crianças para escolas especiais, ou classes especiais ou as secções especiais dentro da escola em carácter permanente devem constituir excepções, a ser recomendado somente naqueles casos infrequentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular é incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança (idem).

Relativamente aos países que possuam poucas ou nenhuma escola especial – como é o caso de Cabo Verde - as orientações são em geral, que estes devem “concentrar seus esforços no desenvolvimento de escolas inclusivas e serviços especializados” (idem, p.5), havendo assim, necessidade de se dinamizar a formação de professores, criação de recursos adequadamente equipados e pessoal preparado que possam apoiar as escolas. Alerta-se que “a experiência, principalmente em países em desenvolvimento, indica que o alto custo de escolas especiais significa na prática, que apenas uma pequena minoria de alunos, em geral uma elite urbana, beneficia delas” (idem, p.6). Chama-se atenção para o facto de que a maioria de alunos com NEE, nomeadamente os das áreas rurais é desprovida de tais serviços. Sendo assim, os esforços dos governos devem concentrar-se na promoção da educação para todas as pessoas, em todas as regiões do país e em todas as condições económicas, incidindo sobre as escolas públicas e privadas. Como se percebe, os diferentes países têm sido incentivados a desenvolverem a **Educação Inclusiva** como forma de responder a diversidade de alunos. Logicamente isto implica determinadas condições que vão desde a criação de dispositivos legais, formação de recursos humanos bem como recursos materiais/financeiros. Contudo, a **flexibilidade do próprio sistema educativo** é uma questão fundamental. Neste âmbito, as orientações são ainda no sentido de que haja flexibilidade curricular, ou melhor, que o currículo deve “ser adaptado às necessidades das crianças,

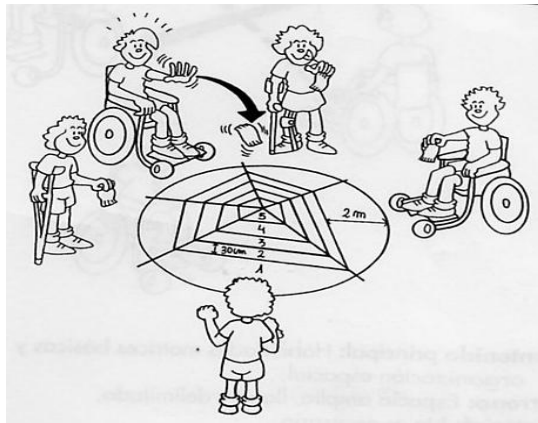
e não vice-versa. As Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a crianças com habilidades e interesses diferentes” (idem, p.3).

Entende-se, portanto, que a implementação da Educação Inclusiva é um processo e que paulatinamente vão-se criando condições para que ela seja uma realidade, pois é inquestionável a necessidade de se atender e respeitar a diversidade/diferenças individuais.

EXERCICIOS LUDICOS VARIADOS DE EDUCAÇÃO FISICA

Jogo:

Nome: Diana Teia de Aranha



Conteúdo principal: Habilidade motriz básica, lateralidade, lançamento.

Terreno: Desenha no solo a seguinte figura com as dimensões que se indicam.

Material: 5 saquetas de areia com o peso de 150 a 200g e giz para desenhar o campo de jogo.

Nº de participantes: 5 por participantes por Teia de aranha

Situação inicial: Cada jogador à frente da sua zona de jogo na Teia de aranha

Desenvolvimento: Em x minutos (tempo previamente combinado) trata de ver qual jogador consegue o maior nº de pontos.

Variantes: variar a forma do desenho.

Observações: É direcionado mais à pessoas tetraplégicas ou paralisia cerebral (PC) com grande afectação dos membros superiores.

– **Ajustamento corporal**

Exercício:

Andar ou correr à volta dos cones em forma circular, em sentido dos ponteiros de relógio. Ao segundo sinal do professor muda-se de direcção em sentido inverso aos ponteiros do relógio.

Jogo:

Nome: O Escultor



Conteúdo principal: Conhecimento corporal.

Terreno: Espaço amplo, plano e delimitado.

Material: Não é necessário.

Nº de participantes: Por pares.

Situação inicial: Os pares cara a cara, um actua como escultor e o outro como escultura.

Desenvolvimento: Trata-se de confeccionar uma escultura com o corpo do companheiro. O escultor irá movendo as extremidades e o resto das partes corporais do companheiro, e esse deve estar sempre estático segundo a forma que lhes dêem. Ao terminar a escultura, esta deve adivinhar que escultura é aquele.

Orientações didáticas: Se for só alunos que usam cadeira de rodas deve atender à sua colocação para facilitar os movimentos. Se tiver alunos com problemas de equilíbrio, jogarão sentados. Se tiver alunos com grande afectação nos membros superiores, darão consignas verbais na hora de esculpir.

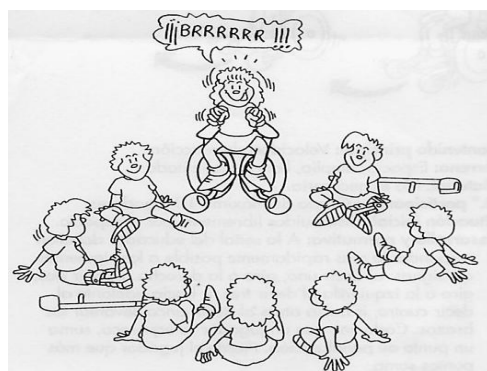
– Percepção Espacial

Exercício:

- Espalhados pelo campo, os alunos deslocam-se para frente, a um primeiro sinal do professor mudam para direcção oposta, a um segundo sinal viram para a direita da posição encontrada, a um terceiro sinal mudam-se para direcção oposta e a um último sinal retoma a posição inicial.

Jogo:

Nome: O grande Prix.



Conteúdo principal: Lateralidade e expressão.

Terreno: Espaço plano, delimitado e amplo.

Material: Não é necessário.

Nº de participantes: grupos de 10 jogadores.

Situação inicial: Sentados em círculo.

Desenvolvimento: Se simula uma carreira de coches. O jogador que inicia a acção passa o coche a um dos seus companheiros mais próximo com o movimento da cabeça e imitando o ruído de fórmula 1. E assim sucessiva e rapidamente. Pode travar (imitando o ruído da travada e tirando a cabeça atrás) e passar o coche a qualquer outro companheiro com a direcção da cabeça.

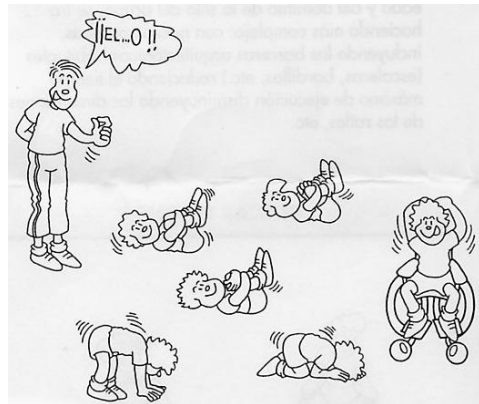
– Percepção e expressão temporal

Exercício:

- O professor faz uma pequena sequência coreográfica e pede aos alunos para reproduzi-la;
- Espalhados pelo campo tentam descobrir um tesouro segundo sinais gráficos.

Jogo:

Nome: Os Números



Conteúdo principal: Expressão.

Terreno: Espaço amplo, plano e delimitado.

Material: Um colchão para cada jogador.

Nº de participantes: Máximo 15 Jogadores.

Situação inicial: Cada jogador no seu colchão.

Desenvolvimento: O professor atribui um número para cada um de 0 a 9, e cada jogador deverá representar o número corporalmente.

Orientações didáticas: Se o solo permite pode prescindir dos colchões. Se tiver muitos problemas para fazer a transferência no solo, pode jogar sentado. Em função da mobilidade de cada jogador, será ele mesmo a tentar fazer a sua representação.



Todos juntos de mãos dadas conseguiremos incluir as crianças com necessidades educativas especiais.

Algumas questões que ajudam o professor a reflectir e conhecer melhor os seus alunos:

- O aluno gosta da escola?
- Tem amigos na escola?

- Quais as actividades que ele gosta mais de fazer?
- O aluno participa em todas as actividades e interage em todos os espaços da escola?
- A família Participa nas reuniões, em comemorações e outras actividades da escola?
- O aluno é capaz de expressar suas necessidades, desejos e interesses?
- De que maneira?
- Qual a avaliação que o professor de sala de aula faz sobre o desempenho escolar desse aluno?
- Quais as preocupações apontadas pelo professor de sala de aula e quais os apoios que ele sugere para que o aluno atinja os objectivos educacionais traçados para sua turma?
- Quais as expectativas escolares do professor em relação a esse aluno?

PLANO DE ACOMPANHAMENTO

Ano Lectivo _____ / _____

Identificação do Aluno

Nome: _____

Ano de escolaridade: _____ Professor(a): _____

Avaliação do Plano de Recuperação

Competências essenciais não adquiridas / Dificuldades

Estratégias de intervenção futura

Intervenientes

Data: ____ de _____ de _____ O (a) Professor: (a) _____